

NEGOWAT



Action research on land and water conflicts in peri-urban Latin America

Facilitating Negotiations Over Land And Water Conflicts In Latin- American Peri-Urban Upstream Catchment: Combining Agent-Based Modelling With Role Playing Game
PROJECT NEGOWAT.

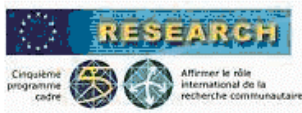
Atores Sociais e conflitos em torno da gestão e uso da água e do solo nas Bacias Hidrográficas Guarapiranga e Tietê-Cabeceiras

Vilma Barban, Luiz Sertório, Clarissa Costa

**Instituto Pólis
January 2005**

www.negowat.org

INCO PROJECT ICA4-2002-10061
FAPESP PROJECT: 02/ 09817-5



Atores Sociais e conflitos em torno da gestão e uso da água e do solo nas Bacias Hidrográficas Guarapiranga e Tietê-Cabeceiras

Vilma Barban, Luiz Sertório, Clarissa Costa
Instituto Pólis

Resumo - Este texto apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa de campo realizada pela Equipe Pólis, no Projeto Negowat, junto às organizações da sociedade civil existentes nas sub-bacias do Ribeirão Parelheiros (Guarapiranga) e do Ribeirão Balainho (Tietê-Cabeceiras) ambas componentes da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, que percorre a região metropolitana de São Paulo/ Brasil. Tais áreas são cobertas pelas leis de proteção de mananciais hídricos que prescrevem as normas de ocupação, que em tese prevêm a sua conservação, e um sistema de gerenciamento de recursos hídricos integrado, os sub-comitês da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Ao mesmo tempo trata-se de áreas ocupadas (em parte densamente) por moradias para uma população que, expulsa pelos altos preços de aluguéis e os grandes investimentos, contribuem para a expansão urbana desordenada que nas últimas décadas inflam as periferias da metrópole. A essa população, no entanto, a Constituição Federal (1988) assegura como direitos fundamentais, o direito à moradia em condições dignas (artigo 6º), direito à associação para representação de interesses e proposição de projetos, de leis e ações judiciais, além de participação da definição de políticas e na gestão pública. Os resultados desta pesquisa descrevem as controvérsias da situação real diante da situação legal, a constituição e as ações dessas organizações, os conflitos que identificam com relação à água e solo, bem como a difícil construção da sua intervenção na gestão partilhada de bacia, como proposto em lei..

Abstract: Here we present a summary of the results of the field research carried out by the Negowat Project Polis Team with the civil society organizations present at the sub-catchments of River Parelheiros (Guarapiranga) and River Balainho (Tietê-Cabeceiras) both part of the Alto Tietê Water Basin that runs throughout the metropolitan region of São Paulo/ Brazil. Those areas are covered by laws of water spring protection, which foresee the occupation norms that theoretically imply their preservation, as well as an integrated system of water resources management, the Alto Tietê Water Basin sub-committees. At the same time, those are areas that are occupied (very densely in some parts) by houses built for a population which, once expelled from more central and urbanized areas of the city by high rent prices and big private investments, contribute to the disorganized urban expansion that has inflated the metropolis outskirts during the last decades. Nonetheless, the 1988 Federal Constitution grants this population the following fundamental rights: the right to housing under dignified conditions (article 6th), the right of association for the representation of interests and proposition of projects, laws and legal actions, as well as the right to participate in the definition of policies and public administration. The results of this research describe the controversies in the real situation when confronted with the legal one, the constitution and actions of these organizations, the identified water and land conflicts, and also the difficult construction of their intervention in the shared management of the basin, as proposed by the law.

1. Apresentação

Neste texto apresentamos uma síntese do relatório das pesquisas de campo realizadas pela equipe do Instituto Polis, relacionada ao Projeto Negotat entre 2003 e início de 2004. Essas pesquisas foram realizadas em dois dos locais selecionados pelo projeto Negotat para maior aprofundamento das pesquisas de todas as equipes parceiras do Negotat: a microbacia do Ribeirão Parelheiros, no distrito de Parelheiros (na subprefeitura de mesmo nome), no município de São Paulo, que integra a sub-bacia hidrográfica do Reservatório Guarapiranga (integrante do subcomitê de Bacia Hidrográfica Cotia-Guarapiranga), e a microbacia do Ribeirão Balainho, situada entre os municípios de Mogi das Cruzes e Suzano, na sub-bacia hidrográfica do Reservatório Taiaçupeba (integrante do subcomitê de Bacia Hidrográfica Tietê-Cabeceiras), ambas pertencentes à Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (BHAT). (ver *Figura 1, pág.17*)

O foco principal do trabalho desta equipe, nesta fase do projeto, é o mapeamento dos atores sociais envolvidos no acesso e uso da água e do solo, e os conflitos decorrentes, particularmente entre os atores locais, existentes nestas bacias hidrográficas, e que não necessariamente participam ou são diretamente representados nos Comitês e subcomitês da BHAT.

Alem destas duas áreas de pesquisa, na região da sub-bacia Tietê Cabeceiras, onde o nosso desconhecimento era maior e também por contar com poucos estudos disponíveis, optamos por iniciar o nosso processo de pesquisa com um levantamento inicial com organizações, particularmente as da sociedade civil envolvidas com as questões de água e do solo existentes em nível desta sub-bacia, que participam ou não do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e/ou do subcomitê Tietê-Cabeceiras e, através delas, levantar as questões em torno deste universo na região.

Para a realização da pesquisa, a equipe inicialmente realizou diversas visitas de reconhecimento do campo, entrevistas qualitativas e reuniões com os parceiros principais dos projetos, quais sejam, as prefeituras e subprefeituras, técnicos vinculados a órgãos públicos relacionados à gestão da água e solo, e outras organizações que dispusessem de informações sobre as micro-bacias, assim como dos atores sociais ali presentes.

Em seguida, foi elaborado um roteiro de questões para orientar as entrevistas com os atores sociais locais, que se constituem nas organizações que de alguma maneira intervêm nesses territórios. (Roteiro em anexo)

As repostas obtidas nessas entrevistas são apresentadas a seguir.

2. Introdução

A complexidade das questões referentes ao acesso e uso do solo na região metropolitana da capital paulista, em particular nos mananciais hídricos que a abastecem, alimenta uma lógica que descrevemos em três eixos que se entrelaçam e se reforçam, a saber:

- 2.1 A Expansão metropolitana e a ocupação destas áreas
- 2.2 A extensão das políticas públicas - em particular a habitacional
- 2.3 A estratégia de uso dos Recursos Hídricos

2.1 Expansão da Região Metropolitana de São Paulo

A cidade de São Paulo foi ocupada pelos eixos fluviais existentes na planície, nas áreas propícias de relevo suave próximo às várzeas dos rios - ao longo do Rio Tietê e seus principais afluentes: Anhangabaú, Tamanduateí, Pinheiros, Cabuçu, Pirajussara entre outros.

Até meados do século XIX, a cidade tinha em torno de 30 mil habitantes¹, sendo quase um terço deles, escravos. A iluminação era feita por lampiões, e para o abastecimento de água contava com os chafarizes.

Data de 1850 a primeira Lei de Terras, que atendia aos interesses dos fazendeiros de café, dado a passagem do trabalho escravo para o assalariado. Esta lei definia que todas as terras devolutas eram propriedade do Estado e que sua ocupação se sujeitaria à compra e venda.

A partir de 1870, com a expansão cafeeira no oeste paulista, observa-se a enorme imigração de mão de obra estrangeira e as grandes modificações com a implantação de ferrovias, a expansão do comércio exportador e bancos, o início da indústria.

No período de 1920 a 1970 o país passou por um intenso processo de industrialização, período de grande migração para as cidades, em particular, a cidade de São Paulo, que impulsionava e concentrava este processo². A ocupação territorial segue inicialmente os eixos das ferrovias e rodovias, mas guia-se fundamentalmente pela instalação dos pólos industriais, que atraem trabalhadores para o seu entorno.

Enquanto o desenvolvimento econômico opera as enormes transformações modernizantes, carrega no seu próprio mecanismo concentrador o problema de pobreza e segregação social. A expansão metropolitana leva a marca da exclusão, do intenso crescimento em suas franjas, as áreas periféricas da cidade, geralmente desprovidas de condições mínimas de habitabilidade.

A metrópole de São Paulo - ademais, como todas as grandes cidades (TOURAINÉ) - se desenvolveu sob o signo da desigualdade com a tendência histórica do binômio da concentração econômica e produção da pobreza também no que diz respeito ao acesso e uso do solo, moradia e oferta de serviços públicos, que historicamente se instalaram concentrados em determinadas áreas e setores sociais.

A partir de 1970, os dados populacionais configuram esses processos de concentração e de exclusão: o município de São Paulo apresenta taxas de crescimento populacional decrescentes e muito menores do que os municípios do entorno que compõem a metrópole, como por exemplo, na região de Tietê Cabeceiras. (*Ver tabela 1, pág. 16*)

Os municípios contíguos a São Paulo, como Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Arujá, Suzano são os que apresentam maiores taxas as quais embora declinantes nas décadas de 1980 e 1990, ainda são bastante superiores as da capital.

E, ainda, dentro do próprio município de São Paulo, observa-se a intensa discrepância desse crescimento: enquanto os distritos centrais apresentam decréscimo populacional, aqueles mais distantes do centro, apresentam um grande crescimento, como se pode observar no caso da região sul, onde dispomos dos dados entre as décadas de 1980 a 2000, que mostram as taxas de crescimento anuais dos distritos comparadas às do município. (*ver Tabela 2, pág 17*)

Os distritos mais ao sul, como Grajaú, Parelheiros e Marsilac apresentam distinção inclusive dentro da própria região sul (vis a vis os de Socorro e Cidade Dutra) e expressam o movimento de expulsão dos moradores mais pobres para as periferias, esvaziando as áreas mais centrais³.

2.2 A metrópole e as políticas sociais, em particular a política habitacional.

No início do século XX até 1940, a população trabalhadora ocupava os chamados bairros operários, morando em cortiços. É nessa década que se inicia a expansão urbana periférica, caracterizada pelo

1 Em 1854, a população tinha 31 824 habitantes, dos quais, 23 834 eram livres e 7068 escravos. BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Brancos e negros em São Paulo. SP, Nacional, 1971, apud ROLNIK (2003).

2 - Na década de 1940, o país tinha uma população urbana de 10,9 milhões, em 1991, 115 milhões, com uma taxa de urbanização de 77,13%. (SANTOS: 1993). São Paulo contava com 1,3milhão em 1940, 9,5 milhões em 1991. Em 2000 tem 10,43 milhões de habitantes

3 - Considerando-se os 13 distritos que compõem a área central da cidade de São Paulo, entre os domicílios recenseados no Censo 2000 (IBGE), 17,5% encontram-se desocupados. (ROLNIK, R. São Paulo, novo século, uma nova geografia? Em CAPUCCI, P. F. e GARIBE Fo., R. N. Gestão local nos territórios da cidade. SP:Secret. Munic. das Subprefeituras).

impulso de autoconstrução, estimulada em 1942 pela Lei federal do Inquilinato (congelamento e sistema de controle dos aluguéis).(Rolnik, 2003: 203).

Desde os anos de 1930, há estímulos para a construção de bairros populares, distantes do centro, geralmente em áreas precárias, de pouco valor imobiliário e desprovidos de infra-estrutura básica para moradia (água, luz, e outros serviços básicos além de equipamentos urbanos). Processo descrito como “pacto territorial” - a ocupação de espaços onde a ilegalidade era tolerada, para poder ser posteriormente negociada pelo Estado, em termos de regularização e de extensão da cobertura de equipamentos sociais para moradia. Segundo Rolnik (2003, 204-208), as condições deste pacto: o Estado assumia o papel de provedor e os habitantes do território ilegal de devedores de favor do estado⁴.

Entre 1940-50 - cerca de 100 mil famílias, passaram a morar em casas próprias nas periferias da cidade (ROLNIK, 2003). Em seguida os moradores passam a demandar pelos equipamentos básicos. Para o encaminhamento destas demandas, criavam as Sociedades Amigos de Bairro (SABs), que agregam os moradores e cujas lideranças se dirigiam ao poder público (governo e Câmara de Vereadores) na busca de atendimento de suas reivindicações, criando o caminho por onde os direitos são revestidos como favor de um ou outro político, vinculando o acesso ao apoio às campanhas eleitorais. É o chamado clientelismo, dentro da política populista que predominou por muitas décadas, senão até os dias de hoje. Segundo Maricato, da ausência do Estado enquanto orientando o atendimento à população e regulando suas próprias leis, mas a presença em sua pior face - não de direitos, mas paternalismo, clientelista e repressor ou corrupto (Maricato, 2003).

Em 1955, Jânio Quadros como governador promulga leis legalizando as edificações irregulares e promove a ampliação dos serviços de água. Em 1965, o FGTS (fundo de segurança do trabalhador) passa a ser destinado à construção popular através do Banco Nacional da Habitação e ao sistema financeiro de saneamento.

O período entre 1940 e meados da década de 1970 “foi marcado pelo mais intenso ritmo de urbanização que o país já teve. Isso significou a expansão periférica das cidades feita por meio de loteamentos sem qualquer cuidado” (Martins: 2003: 174).

O modelo de expansão da metrópole, descrito acima, vai até a década de 1970, quando se observa o fim do financiamento de construções populares e a redução da oferta de lotes populares, configurando o esgotamento deste padrão periférico de crescimento. Não que as áreas periféricas deixaram de ser ocupadas, muito ao contrário, mas os ocupantes já não mais contam com a possibilidade do financiamento regulado, passando a depender ainda mais dos empreiteiros, empresas imobiliárias e financiadores particulares, o que amplia a existência de toda sorte de intermediários a que se submete a população que vai em busca de uma moradia.

Nessa década há o início de normas legais que estabelecem alguma exigência de infra-estrutura e disponibilidade de espaços públicos; em 1972 é promulgada a lei paulistana que impõe qualidade aos loteamentos - a legislação em nível nacional é de 1979 (6766/79). Em 1975, é decretada a Lei de Proteção aos Mananciais em São Paulo, que determina os primeiros controles ambientais. Ao serem aprovadas, estas duas leis (Proteção aos Mananciais e Loteamentos) continham dispositivos admitindo regularização, sob forma de exceção, do que já havia sido implantado, criando a figura do empreendimento adaptado. Procedimentos e condições expressos nos diplomas legais:

Decreto Estadual 9714/77, referente a regularização com adaptação das exigências da Lei dos Mananciais.

4 - Maricato (2003); Bonduki, N. (1999).

Resolução SNM 093/85- permitindo, nos termos do art. 140 da Lei 6766/79, a regularização de loteamentos implantados anteriormente à Lei desde que promovida por Prefeitura ou órgão municipal competente e fora de áreas de proteção aos mananciais.

Todavia, se o decreto destas leis não é suficiente para reverter o quadro já deteriorado de ocupação desordenada, sobretudo em áreas de mananciais, pode-se dizer que também não conseguiu impedir o alastramento dos loteamentos instituídos à sua margem. (Martins: 2003a)

Em termos locais, dos bairros, o conflito entre as formas de desenvolvimento e ocupação do território da região metropolitana e a necessidade de conservação ambiental gera outros conflitos. Em termos legais, sendo áreas de mananciais aquelas populações não deveriam ali estar e o Estado estaria impedido de instalar os serviços básicos de acesso a água e saneamento e outros equipamentos básicos. Enquanto o poder público alega a falta de estrutura para intervir no sentido de evitar novas ocupações irregulares, por diversos outros caminhos, quando interessa a um ou outro político, é facilitada a ação de empreiteiras e grileiros, e até mesmo instalado 'ilegalmente' algum equipamento público, contornando a legislação e causando fricção entre os poderes do Estado e Municipal.

Na realidade, desprovida destes serviços a população acessa como pode a água, assim como dispõe seus resíduos sem nenhum tipo de orientação, acabando por degradar os recursos hídricos utilizados para o abastecimento de parte da população metropolitana, encarecendo o tratamento da água e ampliando problemas de contaminação das redes de abastecimento oficiais e clandestinas.

Desde os finais da década de 1970, essa situação se ampliou com a crise e processo de concentração econômica, o aumento desemprego, e na década de 1990, a retração drástica dos investimentos nas políticas sociais, aumentando ainda mais as dificuldades da população pobre.

Com a Constituição Federal de 1988 a moradia passou a ser considerada como um direito universal. Entretanto, sem o suporte de políticas adequadas para sua efetivação, a inexistência de uma política pública habitacional fortalece a ação do mercado imobiliário na orientação do sistema de habitação e de ocupação dos espaços da cidade. A população pobre, desempregada e sem condições de comprar imóveis ou pagar aluguel continua ocupando as áreas dos mananciais hídricos. Segundo os dados oficiais, mais de 1,5 milhões de pessoas vivem nestas áreas.

2.3 Estratégia de saneamento

Até fins do século XIX o abastecimento hídrico na cidade de São Paulo ocorria de modo descentralizado. Cada bairro ou região era abastecido por sistemas de chafarizes independentes e distribuídos ao longo do tecido urbano. Porém, já na virada do século, os problemas de abastecimento começaram a surgir, pois a cidade crescia e o sistema necessitava ampliação. Surge então um debate entre técnicos que se posicionaram de dois modos. Uns que defendiam a continuidade da estratégia descentralizada para o abastecimento, acrescida de uma maior preocupação com o tratamento dos efluentes para ampliar o volume hídrico utilizável para abastecimento humano em cada unidade de abastecimento. Outros defendiam, sobre a égide de uma água de maior qualidade, o abandono do sistema descentralizado e a instalação de um sistema centralizado que buscasse o recurso em locais mais distantes e tecido urbano, no caso, na Serra da Cantareira. A segunda proposta foi acatada e São Paulo abandonou o sistema descentralizado, assim como deixou de lado a preocupação com o tratamento de seus efluentes, uma vez que não dependiam mais das águas do tecido urbano para abastecimento humano. Não havia maiores problemas em descartar resíduos nos rios Tamanduateí, Anhangabaú, Tietê e demais afluentes que cruzavam ou partiam do tecido urbano.

No decorrer do Século XX o tecido urbano metropolitano foi ampliando sua área, a contaminação de seus rios foi ampliando, assim como a necessidade de água para abastecimento. Na década de setenta, considerando o ritmo de expansão da ocupação urbana, foi elaborada a lei de mananciais. Esta tinha por objetivo a garantia da qualidade das águas que serviam para o abastecimento.

Porém, o processo de expansão metropolitana não parou ao atingir as áreas de mananciais sul e norte da Metrópole, colocando em conflito a necessidade de manutenção de áreas que não poluam as águas com a necessidade de ocupação dos espaços por moradia e todos os outros usos ocorridos dentro do tecido urbano, gerando o conflito mais aparente quando se discute o tema manancial hídrico.

É somente na década de 1970 que começam as discussões sobre o uso múltiplo dos recursos hídricos no país. Como dito anteriormente, em 1975, é criada a lei de proteção dos mananciais de abastecimento, que em 1976 se estende para a Região Metropolitana, (leis 898/75 e 1172/76).

Em 1987 são instituídos o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (Corhi), que propõem a estruturação do sistema de Recursos Hídricos e o Plano Estadual de Recursos Hídricos (Perhi), em 1990.

Com a nova Constituição Federal em 1988 é previsto um sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos. Também a Constituição reconhece o direito de participação da sociedade, movimentos populares e cidadãos, em todos os níveis da gestão pública. Em 1993 são criados os comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo, que se configuram como forma de gestão partilhada, tripartite, sobre os recursos hídricos, com representantes dos poderes municipal, estadual e da sociedade civil.

Esse sistema de gestão, porém, se configura como um longo processo de construção, particularmente no que se refere à participação popular nos processos decisórios das políticas públicas, seja pela desproporcionalidade de representação, seja pela heterogeneidade e fragmentação da representação social, onde os lobbies empresariais, sindicais e burocráticos minam as possibilidades de participação de grupos com baixa capacidade de coordenação, ou ainda pela pouca efetiva participação desta parcela da sociedade civil nos conselhos e órgãos colegiados para as tomadas de decisão, entre outros fatores (PRETTE, 2000, NEDER, 2000).

3. Metodologia

A pesquisa de campo teve por objetivo primeiramente realizar um levantamento das organizações da sociedade civil, existentes nas micro-bacias do Ribeirão Parelheiros, - afluente do Reservatório (e bacia) do Guarapiranga, - e do Ribeirão Balainho, -em Suzano, afluente do Rio Taiaçupeba, que compõe a Bacia do Tietê-Cabeceiras.

Ambas as áreas situam-se em condições onde a cobertura legal imprime controvérsias tais como: são cobertas pelas leis de proteção de mananciais hídricos que prescrevem as normas de ocupação⁵, ao mesmo tempo em que ocupadas (em algumas partes densamente) por moradias, abrigam uma população a quem a Constituição Federal (1988) assegura como direitos fundamentais, o direito à moradia em condições dignas (artigo 60.), direito à associação para representação de interesses e proposição de projetos, de leis e ações judiciais (artigo 5º, inciso XXI), reconhece o direito de associação e de participação da sociedade, movimentos populares e cidadãos na gestão pública⁶ e prevê sistema de gerenciamento integrado de recursos hídricos, com participação tripartite (Leis e Decretos de 1987 e 1990).

Partimos de algumas indagações tais como: como se desenham as relações entre os agentes locais, como vocalizam as estratégias de atuação, ou como se organizam e/ou negociam com o poder público sobre as questões de água e solo? Como se articulam entre si e com os outros atores que se apresentam no contexto local - desde sub-prefeitura, Secretarias do Meio Ambiente, Sabesp, além dos sub-comitês de Bacia Hidrográfica, e como negociam as suas demandas. Ou seja, interrogamos sobre que potencial esses atores têm de se articular e se transformarem efetivamente em ‘atores sociais’, coletivos (Bourdieu) - capazes de elaborar estratégias e de intervir efetivamente no espaço público, e negociar direitos (Sader: 1988, Santos:

5 - Leis 898/75 e 1172/76 modificada pela Lei Estadual Nº 11.216/02, além da Lei Federal do Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257/01).

6 - Saule, N. e Romeiro, P. Marco Legal da Participação Popular no Brasil, paper 2003, Polis (n/public).

2002) como os estabelecidos em leis, que incluem os direitos ambientais, a relação com o local e natureza e sua conservação.

Fomos buscar organizações locais, que não necessariamente participam diretamente do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídrico do Estado de São Paulo (SIGRH-SP), para entendermos os níveis de participação e conhecimento dos representantes dessas entidades sobre o contexto da política de Recursos Hídricos Estadual e, além disso, como agem nesse contexto de área de uso restrito por fator ambiental e ao mesmo tempo, periferia distante da Metrópole Paulistana, que vem sendo apropriada pelo mercado imobiliário urbano e utilizada como alternativa de moradia para a população desempregada ou de baixa renda, que sofre com a falta de políticas públicas habitacionais adequadas. O interesse foi o de desenhar um panorama de como vivem as pessoas que ocupam as áreas, e registrar como se articulam e negociam as suas demandas, como se relacionam com o poder público e com a instância de gestão partilhada, os sub-comitês de bacia e como vocalizam as impressões, percepções que têm sobre os conflitos para o acesso e uso do solo e da água.

Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa, para o que se utilizou um roteiro que aborda questões, além da identificação do entrevistado e da organização, outras como a percepção dos conflitos de uso do solo e da água nas áreas de abastecimento hídrico da Metrópole, as ações, reivindicações e prioridades apontadas pelos representantes das organizações; as opiniões acerca da gestão ambiental e habitacional, assim como apontamentos sobre possíveis soluções dos problemas que identificam na região e os cenários futuros que desenham para as áreas de manancial hídrico.

Por se tratar de um questionário avaliativo e de perguntas abertas, na elaboração das respostas as informações foram agregadas em temas, pretendendo uma melhor caracterização dos tipos de atores coletivos e a sua compreensão e reação frente à realidade posta.

Para o desenvolvimento dos trabalhos foram utilizadas bases de dados qualitativos e quantitativos. Os quantitativos foram extraídos dos Censos de 1991 e 2000 do IBGE, do Diagnóstico Sócioambiental Participativo Preliminar da Bacia do Guarapiranga, realizado pelo ISA-Instituto Socioambiental, e do Relatório Técnico Quadro situacional do Plano Diretor Regional da Subprefeitura de Parelheiros, de levantamentos nos arquivos históricos de Mogi das Cruzes e Suzano, além dos Planos Diretores destes dois municípios.

Em Parelheiros as associações foram inicialmente contatadas através de cadastro existente na subprefeitura e posteriormente fomos descobrindo outras associações através de contatos de campo. No total foram entrevistadas 31 associações locais e, possivelmente, este número não totaliza o universo das associações existentes em Parelheiros.

Encontrar as associações da sub-bacia do Ribeirão Balainho foi um trabalho de garimpagem, visto que não existem listas de indicações disponíveis, assim coube ao pesquisador fazer um reconhecimento local para colher informações de sua existência. Dessa forma, não se pode dizer que foram encontradas todas as associações daquela região. Segundo o CONSEG (Conselho de Segurança de Palmeiras) existem 23 associações de moradores no distrito de Palmeiras, que compreende o espaço das duas sub-bacias, do Balainho e Taiapuêba Mirim. Em alguns bairros há mais de uma associação, seja porque se vinculam a interesses diferenciados, ou por que visam aumentar as quotas de distribuição do leite no bairro, o que se ocorre também na região de Parelheiros.

Observe-se o caráter precário de muitas destas organizações, visto que muitas têm como sede a própria residência de algum membro da diretoria ou do presidente, e configura um universo de número flutuante. Várias organizações ao serem contatadas para os novos encontros já não se encontravam no endereço ou telefone colhido durante as entrevistas, enquanto que nesses encontros acaba-se por ter notícias de outras organizações que não conhecemos quando em campo.

Terminado esse levantamento, as entrevistas foram sistematizadas e então foram organizados encontros para os quais foram chamados todos os colaboradores, os representantes das organizações respondentes da pesquisa, para uma devolução desses resultados, discussão e avaliação.

Em Parelheiros a devolução foi realizada no mês de maio/04 e a partir disso os representantes das organizações locais foram convidados a fazer parte do grupo focal criado para desenvolvimento de um jogo de papéis a respeito dos conflitos sobre a água e solo na região, que é uma ferramenta pedagógica proposta como um dos resultados do Projeto Negotat. A sistemática destes encontros fará parte de um próximo relatório.

4. As organizações locais

As organizações locais, tanto em Parelheiros quanto em Suzano, nas micro-bacias onde a pesquisa Negotat incide, são principalmente as associações de bairro. Outras organizações encontradas são algumas que trabalham com temas específicos como educação, questão ambiental ou turismo, em Parelheiros, e atendimento às crianças das favelas e oficinas de artesanato, na região do Ribeirão Balainho em Suzano.

As associações de bairros - Sociedade Amigos de Bairro, Associação de Moradores, e outros nomes correlatos, - tradicionalmente são criadas com o objetivo de encaminhar junto ao poder público as demandas por melhorias e habitabilidade dos seus bairros. Particularmente nestas áreas elas se criam a partir das necessidades sociais vividas pelos moradores e com diversas nuances como veremos no relatório.

No geral, ainda obedecem à mesma lógica desde seus inícios na década de 1940, ou seja, negociam o acesso às melhorias básicas através da relação mediada por políticos ciosos de seus interesses eleitoreiros. Algumas associações são diretamente criadas por políticos ou candidatos a cargos políticos. Também se observou que algumas associações são criadas pelos próprios empreiteiros ou intermediários de imobiliárias, ou ainda derivam de associação de condomínios (que em tese deveriam prover os equipamentos nos loteamentos condominiados). É um processo que alimenta a lógica do próprio sistema na escala regional e local. Vítimas de um sistema perverso, que os empurra para as suas margens, tornam-se ao mesmo tempo dinamizadores desse sistema, reproduzindo localmente a mesma atuação do capital imobiliário, de apropriação e especulação e que por fim alimentam o poder dos grandes proprietários urbanos.

É certo que durante as décadas de 1970/80 algumas das associações de moradores se articularam em importante atuação por políticas públicas mais democráticas, processo que refluiu na década de 1990. Mas, é também ainda durante o regime militar que se vinculou ao seu papel, a política compensatória de distribuição de leite e cestas básicas para famílias carentes⁷, agregando-lhes todas as tarefas que implicam esta empreitada, o que não raro é apontado como uma forma de lhes desviar de uma atuação mais política.

Assim, uma das principais atividades das associações encontradas na pesquisa de campo é de distribuição de quotas de cesta básica e leite. São poucas as associações de bairro que não atuam nestes programas promovidos através de um convênio estabelecido pelo Estado, nos programas “Viva Leite” e “Alimenta São Paulo”. E a maioria das associações que ainda não têm, estão em processo ou têm demandas para obtê-lo.

Estes programas de distribuição de leite para as famílias carentes foram instituídos no período do governo militar, recorrendo às associações comunitárias para a entrega. Durante governo de Mario Covas, em São Paulo o programa passou para o âmbito do estado, e ampliou a sua cobertura, operando atualmente através da Secretaria da Agricultura do Estado. Para fazer parte deste convênio as associações comunitárias devem apresentar documentação (o registro no CNPJ) e comprovação de endereço e pagamentos das contas em ordem. Cada associação tem um cota de 50 famílias em cada um dos programas, para receber os alimentos pelo período de 6 meses.

⁷ - Famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos recebem 15 litros de leite por mês para cada uma de suas crianças de 6 meses a 6 anos de idade.

Da parte das associações, a população em torno, vivendo além do limite da pobreza, pressiona para a obtenção deste benefício e são exceções, as poucas as associações que se recusam a cumprir essa função.

Não é raro o caso de associações locais que são criadas apenas para cumprir este papel e parece ser este um dos motivos porque se encontra mais de uma organização no mesmo bairro. Também acontece de algum político promover sua campanha eleitoral ancorada sobre a facilitação na promoção do programa - reproduz no microcosmo o clientelismo da política populista dos favores, e de trocas em períodos eleitorais⁸. O fato de mais de uma associação no mesmo bairro também se vincula a diferenças de propostas partidárias algumas vezes.

No geral, as associações de moradores têm como demanda básica a melhoria para o bairro, desde serviços de infraestrutura e equipamentos sociais, como qualquer outro bairro.

As questões de água e solo aparecem em seus discursos, muito mais como necessidades básicas do que propriamente vinculadas às questões ambientais. O fato de situar-se em área de mananciais torna a sua situação mais complexa, agregando maiores dificuldades para suas vidas, visto que inclusive acrescenta maior fragilidade à sua condição de morador. No entanto, é bastante presente a observação da degradação ambiental, particularmente dos que já estão no local há mais tempo, principalmente nas questões do saneamento e a destinação dos esgotos e dos resíduos.

Aspecto que se destaca nas falas dos entrevistados das associações é a necessidade (a falta) de informações, e de reuniões ou de articulações que se criem nos locais ou no município, para os quais, mesmo quando sabem da ocorrência, se ressentem muitas vezes da falta de condições financeiras para estar presente, principalmente de ter meios para compreender, conhecer e acompanhar o que se está discutindo. Mas além disso, os entrevistados vocalizam a importância de conhecimento, particularmente um conhecimento articulado, que organize e oriente as próprias possibilidades de habitar adequadamente nos locais. Nesse sentido é impressionante as vezes em que sinalizam a necessidade da clareza de leis e normas que não se contradigam, assim como a demanda por um planejamento de políticas e ações articuladas (e não pontuais e dispersas como são) e que os auxiliem a normalizar sua situação.

Nas reuniões de devolutivas das entrevistas junto aos atores representantes das associações de Parelheiros vários dos presentes enfatizaram uma questão marcante: “moro aqui há mais de 20 anos, e esta foi a primeira vez que alguém veio me perguntar sobre a situação do meu bairro e o que penso dessa situação, qual a minha sugestão, opinião, necessidades quanto a isso”.

5. Atores da bacia do Ribeirão Parelheiros - Parelheiros/SP

A região estudada, a bacia do Ribeirão Parelheiros se localiza toda dentro da extensa área de mananciais hídricos do sul da metrópole paulistana, protegida por um conjunto de leis e decretos que em tese definem a sua proteção em prol da conservação ambiental e do abastecimento de água de parte da Região Metropolitana de São Paulo, além da geração de energia elétrica. O estabelecimento desses estatutos legais se fez quando parte desse território já se encontrava ocupado, e a sua decretação não impediu e, para muitos inclusive colaborou com a ocupação intensa e desordenada, promovida por este modelo de expansão desenfreada da metrópole. Processo extremamente excludente onde por um lado a valorização das áreas mais centrais e urbanizadas (imóveis, empreendimentos, construção de largas avenidas) impedem a permanência de grande parcela da população, atingida pelo aumento do desemprego e o rebaixamento das condições de vida. Somando-se, nas últimas décadas, a falta de políticas públicas adequadas e os cortes de verbas (além da concentração em áreas) dos investimentos sociais (educação, saúde, assistência social, provisão de equipamentos urbanos etc) - tem empurrado milhões de pessoas para áreas periféricas da metrópole, desprovidas de condições básicas para moradias. Nesse processo, se dá a intensa ocupação pelos eixos sul e leste atingindo as áreas de mananciais, particularmente a partir da década de 1970.

8 - Barban, V. (org) 2003. Fortalecimento da Sociedade Civil em regiões de extrema pobreza. Revista Pólis, 43.

O distrito de Parelheiros, antes entendido como área de produção rural, teve paulatinamente seu território recortado por aglomerações urbanas adensadas, favelas, ocupações em áreas de risco, e em cabeceiras dos córregos e veios d'água que formam o Ribeirão Parelheiros.

Nesse território nossa pesquisa buscou mapear os atores sociais envolvidos nas questões da água e solo. Foram encontradas 31 organizações locais, das quais 27 associações de moradores e entre estas últimas, 21 associações de bairros com grande densidade de habitações. (*Ver Figura 2, pág 19*)

A partir das características dos bairros identificamos dois tipos de ocupação - os bairros onde predominam terrenos maiores, com sítios e chácaras de lazer ou de produção. Nestas, os representantes de associação se preocupam mais com a questão da conservação do lugar e se manifestam contra as ocupações que percebem no decorrer dos anos, tendo como perspectiva a manutenção da situação de suas propriedades. Nos bairros adensados os moradores têm como horizonte de demandas principalmente as melhorias urbanas, equipamentos sociais, enfim condições melhores de habitação e de vida, sendo percebido como uma fatalidade o fato de se encontrarem em áreas que, por lei, deveriam ser protegidas, o que de alguma forma imprime uma situação de insegurança para suas vidas. O que explica as prioridades que apontam para a região: saúde, saneamento educação, segurança, vias e transporte públicos, regularização dos lotes, e apenas em 8o lugar as ações ambientais.

É com esta pauta de demandas que se pode considerar o que os entrevistados nomeiam como os conflitos com relação à água e solo na bacia, em particular aqueles agregados no item que nomeamos como relações de gestão, onde apontam a falta de ação das autoridades, a má administração, ou se ressentem da falta de uma administração integrada e atuante na organização e planejamento prévio à ocupação do espaço, na fiscalização e cumprimento de leis e normas. É considerável o conjunto de falas situando a necessidade de se ter leis e normas mais claras, de orientação sobre como construir, ter documentos, e inclusive orientações sobre como preservar o meio ambiente. Há também diversas observações sobre a desarticulação do poder público, cujas políticas dos diferentes setores são muitas vezes contraditórias entre si.

Questões estas que constroem um perfil dos moradores da bacia, e talvez a maioria deles, como sujeitos que demandam principalmente pela lei e a ordem, que sofrem pela falta de informação no geral, inclusive as informações de seus direitos como cidadão, acuados pelas dificuldades de sobrevivência, desemprego, enfrentando de toda sorte de situações para a aquisição de um lugar para morar com a família, o que não raro o atrela a diversos intermediários de vendas de lotes, muitas vezes ilegais, clandestinos, e até mesmo à mercê de charlatões de toda ordem.

Particularmente em regiões como esta, ou seja, distantes do centro e ocupadas pela população com poucos recursos financeiros, a bibliografia tem descrito o processo vinculado em que se criam essas associações nas relações de clientelismo político. Muitas vezes estas associações são criadas por cabos eleitorais de políticos que, através de negociações pontuais, garantem sua manutenção na Câmara ou na Assembléia e que aparecem nas comunidades e associações apenas em períodos pré-eleitorais. Já os cabos eleitorais utilizam a função de interlocutor do político como forma de poder e respeito na comunidade, por mais que este respeito seja apenas por interesse (seja ele por uma cota de leite ou cesta básica). Apesar de muitos entrevistados perceberem a manipulação realizada pelos políticos, continuam atrelados à esta lógica porque, dentre outras coisas, convivem com as necessidades cotidianas dos bairros e dependem deste apoio em curto prazo na busca de minorá-las. Acabam por usar todo o tempo despendido na associação para a entrega do leite, da cesta básica e cumprir procedimentos burocráticos exigidos pelo Estado.

Não raro alguma destas associações ainda têm diretorias estreitamente vinculadas à imobiliárias ou mesmo intermediários na venda dos lotes. Ou seja, empreendimentos imobiliários utilizam fachadas de associação condominiais para a comercialização dos lotes, e assim sendo participam politicamente defendendo interesses setoriais em um tipo de entidade que deveria defender interesses da comunidade a que representa. Entrevistamos associações que foram criadas com esta característica, mas que depois que o condomínio estava minimamente consolidado, passaram para as mãos de moradores que não necessariamente estiveram envolvidos no processo imobiliário a não ser como compradores e que agora lutam pela melhoria de seus

bairros. A população moradora destes condomínios passa por mais dificuldades para a implementação de infraestrutura, pois, legalmente, por serem condomínios, o Estado não tem responsabilidade de implementar estrutura dentro de seus limites, e sim o loteador, cabendo ao Estado trazer a estrutura até a entrada dos condomínios; o que nem sempre é cumprido pelo loteador.

Entre as atividades das associações em Parelheiros encontramos 13 que declaram realizar a distribuição de quotas de leite e 7 de cestas básicas, além disso, há as que realizam atividades esportivas, e várias atividades vinculadas à educação - seja alfabetização de adultos (10 associações), cursos profissionalizantes, assim como palestras de educação, sanitarismo e saúde, além de atividades ambientais, entre elas a educação ambiental. Excetuando os programas de alfabetização de adultos, que são geralmente realizados em convênios com a PMSP, os demais cursos são eventuais, dependendo de quem promove ou apóia a realização.

Com relação à participação dos entrevistados em conselhos ou esferas de políticas públicas, verificamos que pouco mais da metade diz participar, a partir das suas organizações, em conselhos, comitês e demais instâncias de articulação das políticas públicas, porque compreendem que assim estarão contribuindo para com os objetivos, reivindicações e defendendo os interesses de seus bairros. Entre esses os conselhos gestores na área da saúde apresentam maior participação, seja no conselho distrital, ou de Unidade Básica de Saúde (UBS) e Posto de Saúde da família (PSF).

Outra representação expressiva abarca a participação no Comitê (Alto Tietê) e nos subcomitês de bacias hidrográficas (40% dos representantes). Apesar disso, na região pesquisada se encontram organizações (60%) que não atuam e não se representam nestas instâncias (e muitas vezes as desconhecem), muito embora interfiram na dinâmica do uso do solo e da água. As manifestações daqueles que participam são geralmente pouco otimistas, seja porque esperam que tenham decisões precisas a respeito de seus problemas locais, seja porque se decepcionam, pois indicam que tais espaços são às vezes muito mais para a apresentação e deliberação de questões já decididas por outras instâncias de poder, cabendo aos conselheiros apenas chancelá-las.

É certo que também a representação (ou a representatividade) das associações locais é bastante precária, pois por um lado, falta uma articulação entre elas que organize e possa negociar as demandas comuns. Por outro lado, sabe-se que também o próprio exercício da representação é precário, pois esta representação (seja de outras organizações similares, seja dos moradores no próprio bairro), se limita, no máximo ao sistema de eleição (e delegação da atuação) - dificilmente estes representantes realizam consultas aos representados para a elaboração de propostas e posteriormente prestam contas do que já foi decidido nestas instâncias de decisão. Nesse sentido, no geral, tem-se uma representação individualizada, embora em nome das organizações, pois, inclusive faltam formas que possam facilitar este sistema de fluxo das informações e demandas, como as redes e fóruns locais.

Os cenários futuros descritos pelos entrevistados como prováveis é a agudização da situação atual; apresenta uma visão localizada, no seu território, sua casa, sem considerar a cidade como um todo. O que tanto denuncia um provável desconhecimento das propostas dos Planos Diretores, como também desconhecem algumas das propostas dos movimentos sociais mais amplos, como, por exemplo, o de moradia⁹, quanto, por outro lado, configura-se a descrença nas propostas, planos, definições administrativas e políticas.

Verificando-se as pautas do que os entrevistados apontam como problemas que observam na região, percebe-se que sua atenção centra-se na sua situação de moradores que observam as contradições e a morosidade nas ações do poder público, demandam equipamentos sociais, mas note-se que também apontam os problemas da degradação ambiental que vivenciam.

A temática conflito/problemas abarcou, além dos referidos diretamente ao uso do solo e da água, outras situações problemáticas percebidas pelos entrevistados. Os problemas apontados foram classificados como entraves nas relações de gestão, referidos ao setor Público, (falta de ação das autoridades, administração

9 - Uma das propostas destes movimentos é a reabilitação das áreas mais centrais para moradias.

contraditória e lenta), seguido dos que envolvem degradação ambiental (esgoto e lixo nos córregos, desmatamento e o conflito entre as necessidades ambientais e sociais), as Políticas Públicas (política habitacional e contradições entre as leis) e a participação da população (falta de conscientização, conhecimento, informação e desrespeito às leis).

Pode-se dizer que o problema ambiental é sensível entre essas organizações. Em um encontro promovido para a devolutiva da pesquisa, os representantes pautaram o problema da degradação fruto da falta de saneamento, de coleta de lixo e inclusive os problemas gerados pelas ligações clandestinas que são efetuadas tanto na rede de abastecimento de água, quanto na destinação dos resíduos e dejetos diretamente nos córregos ou a utilização de fossas negras.

Sobre as prioridades que os entrevistados definem para a situação de seus bairros e/ou do distrito de Parelheiros se destacam a saúde, o saneamento e educação, apontando que a estrutura desses na região está muito aquém das necessidades locais. Estes apontamentos também são percebidos pelo Município e estão considerados no Plano Diretor Regional da Subprefeitura de Parelheiros.

Considerando toda a problemática social vivida os entrevistados apontam soluções para a superação das frágeis condições de vida e habitabilidade dos bairros da área estudada, diferenciando apenas os caminhos propostos para a superação do estágio atual, destacando-se a necessidade de ampliação e multiplicação da circulação da informação, tanto nas escolas como em outros meios sociais. Apontam como principal caminho para isso a maior presença dos técnicos dos órgãos estatais nos bairros, prevenindo e evitando a ampliação dos problemas atuais.

6. Atores da região de Tietê Cabeceiras Suzano - SP

Na região de Tietê-Cabeceiras a pesquisa de campo foi realizada em dois âmbitos: (a) um levantamento mais amplo de organizações não governamentais, da região toda, incluindo algumas associações de classe e associações de moradores. (b) entrevistas com as organizações na sub-bacia do Ribeirão Balainho, situada no município de Suzano, que é uma das bacias do Rio Taiaçupeba, parte da bacia Tietê-Cabeceiras. *(Ver Figura 3, pág.21)*

No que tange ao levantamento mais geral das organizações da região toda, pudemos constatar que existem duas instituições de pesquisa, vinculadas às universidades locais, a FAEP (Fundação de Amparo ao Ensino e Pesquisa), ligada à UMC (Universidade de Mogi das Cruzes) e o CEMASI (Centro de Monitoramento Ambiental Da Serra do Itapeti), vinculado à UBC (Universidade Brás Cubas) e UMC, que inclusive, este último, tem estimulado a criação de ONGs na região.

No âmbito das Organizações não Governamentais, encontramos sete organizações que se propõem a atuar sobre a temática ambiental. Entre essas, algumas ainda incipientes, encontram-se no estado de formulação de um projeto e/ou em implantação. A atividade principal dessas ONGs centra-se em educação ambiental, através de workshops, palestras, principalmente voltado para as escolas do entorno onde se localizam, trilhas ecológicas, e duas que pretendem se dedicar a atividades sob os conceitos de permacultura.

Entre as ONGs, o ICAAT (Instituto Cultural e Ambiental do Alto Tietê) e a BIOBRÁS participam como representantes no subcomitê Tietê-Cabeceiras, e consideram que há ainda na região pouco entendimento sobre os objetivos e as funções desse organismo de representação.

Uma das ONGs entrevistadas, situada em Jundiapéba, desenvolve atividades na área de Saúde, com atendimento a portadores de HIV e suas famílias.

Quanto às associações de moradores se observa que apresentam distinção conforme o bairro que representam: (a) as dos bairros onde predominam chácaras de lazer ou sítios de produção, constam de terrenos maiores, e trazem como preocupação principalmente a conservação do local, o desejo de paralisação da migração intensa que observam. A Sociedade Amigos de Taiaçupeba foi criada há mais de 30 anos e no distrito predominam chácaras de lazer, praticamente utilizadas em fins de semana, e também sítios produtores de cogumelos.

(b) As associações de bairros adensados, urbanizados ou não, vocalizam as necessidades dos moradores em termos de melhorias nas condições de moradia, particularmente nas favelas ou ocupações recentes que demandam por equipamentos e serviços públicos básicos.

Entre essas últimas, apenas duas têm entre 5 e 6 anos de existência, enquanto as demais foram criadas nos dois últimos anos, o que demonstra o processo recente de ocupação que acontece nas áreas de mananciais de Suzano.

As associações de moradores se articulam através do CONSAB (Conselho das Sociedades Amigos de Bairros), que existem tanto em Mogi das Cruzes, quanto em Suzano, e que se propõe a encaminhar as demandas das diversas SABs junto ao governo local. Aparentemente, a sua função principal se encaminha para as questões eleitorais.

Todas as associações afirmam ter boa relação com os políticos locais e aparentemente é através dessas relações que negociam alguma melhoria para os bairros. Apesar de todos se manifestarem quanto à falta de consciência, interesse e de participação da população como problemas que dificultam a obtenção de melhorias, não se obteve nas entrevistas qualquer indicação de uma relação mais transitiva de representação junto aos moradores.

A atividade mais sistemática e quase que exclusiva das associações de moradores se restringe à distribuição das quotas de leite e de cestas básicas, que são programas promovidos pelo governo estadual.

Há ainda nos municípios os CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança) que são organismos criados pelo Estado, e se compõe com representantes do poder público vinculado à segurança e dos setores da sociedade civil, tendo como objetivo as políticas e ações acerca da segurança pública.

6.1 As organizações sociais da sub-bacia do Ribeirão Balainho.

A pesquisa na sub-bacia do Ribeirão Balainho, em Suzano, no distrito de Palmeiras incide basicamente em área de processo de ocupação recente, sendo que em alguns bairros predominam chácaras de lazer (como no bairro Palmeiras de São José, JD dos Eucaliptos, Vila Ipelândia, Recreio Internacional) e outros onde predominam adensamentos urbanos (Parque Heroísmo, JD Brasil), embora na maioria deles existe uma combinação de ocupação com bolsões de loteamentos urbanos, ou favelas, nos quais falta infra-estrutura básica para moradia.

Estas associações na sub-bacia desenham o modelo mais tradicional das associações de bairro, assim geralmente personalizam-se na figura do presidente, que encaminham as demandas por melhorias, percorrendo o caminho do contato pessoal/direto com a administração municipal ou com algum vereador e, conforme as entrevistas não desenvolvem uma atividade de discussão/representação com a população do entorno. Eventualmente estes representantes têm interesse em se candidatar a algum cargo político, ou associa-se diretamente a um político. Todos os entrevistados declararam que tem ótimas relações com o prefeito municipal e, as entrevistas sugerem que as associações cumprem um papel ativo nas épocas de eleições. Como associações têm como atividade sistemática a distribuição de leite e cestas básicas para uma parcela da população, e poucas realizam eventualmente alguma outra atividade social. Todas as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) vinculam-se estreitamente ao CONSAB, Conselho Coordenador das SABs de Suzano, que recebe todas as quotas de leite e cestas básicas e as repassam para as associações locais. Aparentemente uma parte dessas associações foi criada diretamente pela intervenção do representante da CONSAB.

Na Sub Bacia do Balainho foram entrevistados os representantes das organizações: Sociedade Amigos do Bairro (SAB) Jardim Brasil, Comunidade Jardim Brasil, SAB Parque Heroísmo, SAB Recreio Internacional (paralisada), ONG Raio de Luz, CONSEG_Palmeiras (Conselho de Segurança, situado no Balainho). Embora o CONSAB conte com uma lista de 23 organizações, considerando as duas micro-bacias de Suzano, não se dispôs desta indicação.

Encontramos também na sub-bacia uma ONG, Raio de Luz, criada há nove anos, que atua junto a jovens e adolescentes nas favelas Três Paus, São Pedro e Santa Marina (que se situam no bairro de São José).

Das organizações entrevistadas, apenas uma (Comunidade JD Brasil) existe há mais de nove anos, tem sede própria e dispõe de uma creche conveniada com a Prefeitura local, enquanto as demais funcionam nas próprias residências dos presidentes.

O presidente da CONSAB, apoiado no fato de que representa as associações vinculadas, participa dos conselhos municipais de políticas públicas como da Saúde, da Educação, além do subcomitê de bacia do Tietê-Cabeceiras na gestão 2002-2004. Já os presidentes das SABs participam eventualmente em algumas das reuniões destes Conselhos gestores, porém não se declararam como representantes eleitos e também não participam de fóruns ou audiências públicas no município, alegando que muitas vezes não são informados destes eventos e também não têm dinheiro para o transporte (ônibus ou lotação) até o local. Os entrevistados das SABs, consideram que existe alguma participação em situações que se referem a questões específicas dos moradores.

Perguntado aos representantes das associações sobre as demandas que pautavam para o bairro, as respostas muitas vezes disseram respeito à própria entidade, como conseguir um espaço próprio ou oferta de mais atividades para o bairro. Das demandas de melhorias aos moradores remete ao atendimento à saúde, a instalação de rede de água, saneamento, espaços para lazer, campo de futebol.

Ou seja, as demandas refletem a percepção das necessidades como moradores de bairros pobres, distantes dos benefícios promovidos pela urbanização, como nas áreas mais centrais do município ou do próprio bairro. É a partir desta situação e condição que as respostas enfatizam os problemas, as prioridades, assim como desenham os cenários prováveis e desejáveis para os bairros e o distrito.

É surpreendente que nas soluções apontem principalmente o engajamento da população na resolução de problemas, o que se por um lado pode envolver alguma compreensão da necessidade do exercício da cidadania, por outro lado sugere também o distanciamento das funções para os quais em tese se fundam as associações de moradores, privilegiando mais sua ação eleitoral ou de relações diretas com os políticos. No que dizem quanto a demandas ao poder público remetem principalmente à necessidade do impedimento, via fiscalização, da chegada de novas ocupações na região.

7. Finalizando

Esta pesquisa buscou conhecer um pouco sobre as relações e os problemas existentes em duas áreas que contribuem para o abastecimento hídrico da Região Metropolitana de São Paulo, as bacias do Ribeirão Parelheiros e do Ribeirão Balainho, sul e leste da grande metrópole. Região periurbana, a chamada periferia, com grandes áreas ocupadas e adensadas, intensa e desordenadamente através do processo de expansão e exclusão desenfreada da metrópole.

Enormes contingentes da população pobre, que impedida de viver nas áreas mais centrais e dotadas dos serviços e equipamentos sociais ali buscam um espaço de morada. Áreas verdes, várzeas, córregos e veios de água e às vezes os entulhos despejados dentro da represa recebem moradias precárias, aglomerações, favelas. Evidentemente não se trata de ocupação pura e simples, mas entremeada por uma teia de relações de apropriação e especulação, de imobiliárias, empreiteiros, etc., que reproduz todas as modalidades do sistema de posse da terra e dos bens produzidos. Por seu lado, nas lides de sobrevivência estes ocupantes elaboram sua rede de relações sociais, ora competitiva ora de solidariedade, de agregação e de disputas, que constroem o território.

O prof. Milton Santos elabora que “há uma especialização de atividades por cima e uma especialização de atividades por baixo”, que se interconectam e se reproduzem. “São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum”. ‘Cada lugar é, a sua maneira, o mundo’ (Santos, 2002: 322-324 e 314).

Nesse território nossa pesquisa buscou mapear os atores sociais envolvidos nas questões da água e solo. Encontramos as organizações locais que representam os seus moradores que constroem suas vidas.

Por estar em áreas que em tese deveriam ser conservadas introduzem o conflito entre as necessidades de sobrevivência de parcela significativa da população e o abastecimento hídrico da metrópole, para além de onde a legislação tem conseguido amparar a população e impedir a degradação.

Para suas vidas esta população precisa de solo e de água, primeiramente, e por sua vez produz os dejetos. Os problemas agudos que vocalizam apontam para o acesso à água e a necessidade de coleta e tratamento dos esgotos e resíduos produzidos. Na falta de um serviço público adequado ou às vezes pelos preços das taxas destes serviços, os moradores mais pobres recorrem às ligações clandestinas de água, nas adutoras da SABESP, (que, sendo precárias, muitas vezes provocam a contaminação do próprio sistema), assim como o despejo dos esgotos nos córregos, nas tubulações precárias, em fossas negras, atingindo o lençol freático. Inclusive quando o sistema de fornecimento de água é disponível na rua, os moradores apontam como problemas as taxas de ligação e as de manutenção, geralmente altas para o seu poder aquisitivo. Além disso, denotam a constante falta de abastecimento por conta das baixas pressões no sistema, e conforme uma entrevistada, “aquí falta água sempre, e pagamos as taxas mais altas que em outros lugares, por que quando volta o fornecimento vem um enorme fluxo de ar que é contado para pagamento”.

Tratando-se de mais de 1,5 milhões de habitantes vivendo em áreas de mananciais hídricos torna-se uma questão relevante.

A partir deste universo da pesquisa, os conflitos no acesso e uso da água, em termos gerais, apontam para eixos de questões consideráveis:

- As políticas que postulem alternativas para a moradia em locais e maneiras mais adequados;
- A provisão de alternativas de saneamento para estas localidades, a preços subsidiados para os que não tem condições financeiras para pagar.
- A articulação e coerência entre as políticas públicas e ações do Estado.
- Um aspecto que muitos dos entrevistados apontaram, além de ações mais coerentes do poder público, é a necessidade de um planejamento do conjunto (articulado) e do estabelecimento de normas e regras além de orientação (educação) para uma construção do espaço urbano menos impactante.

Não se pode deixar de apontar que sem dúvida a solução de todos estes conflitos se vinculam aos processos de planejamento urbano e reformas mais amplas, inclusive com toda a sociedade civil como agente ativo na tomada de decisão.

Não cabe neste texto descrever as várias alternativas de captação e preservação da água ou as de saneamento e nem contabilizar neste momento os custos e ganhos com a implementação nestas áreas de obras e serviços adequados à conservação e provisão do abastecimento da metrópole. É provável que se contabilize positivamente mediante os custos que se processam no tratamento da água e nos gastos da saúde da população. Mais ainda se confrontados com o custo social que implicam os investimentos em grandes empreendimentos de transposição de água de locais mais distante e os tratamentos químicos cada vez mais custosos.

8.Dados Censitários

Tabela 1: Região de Tietê-Cabeceiras Taxas de crescimento anuais - 1970-2000

Municípios	Taxas de crescimento anuais (%)			População 2000
	1970/1980	1980/1991	1991/2000	
Arujá	6,21	7,21	5,21	59.185.
Ferraz de Vasconcelos	4,00	2,65	3,70	142.377
Guarulhos	8,16	5,20	4,50	1.072.717
Itaquaquecetuba	8,45	3,62	3,52	272.942
Suzano	9,64	7,68	5,81	228.690
Poá	3,62	2,97	2,15	95.801
Mogi das Cruzes	5,01	3,41	2,59	330.241
Biritiba Mirim	1,09	0,59	2,66	24.653
Salesópolis	6,18	4,20	4,17	14.357
São Paulo	3,7	1,6	0,72	10.434.252

Fonte: IBGE, Censo Demográficos.

Tabela 2: Distritos de São Paulo - região Sul 2 Taxas de crescimento anual 1980-2000

DISTRITO	1980/91	1991/96	1996/00	População 2000
Socorro	0,53	-2,34	0,42	39.097
Cidade Dutra	2,92	0,87	1,90	191.389
Grajaú	4,67	7,07	5,04	333.436
Parelheiros	5,24	8,22	5,56	102.836
Marsilac	2,76	4,36	3,21	8.404
Município de S. Paulo	1,16	0,40	1,41	10.434.252

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

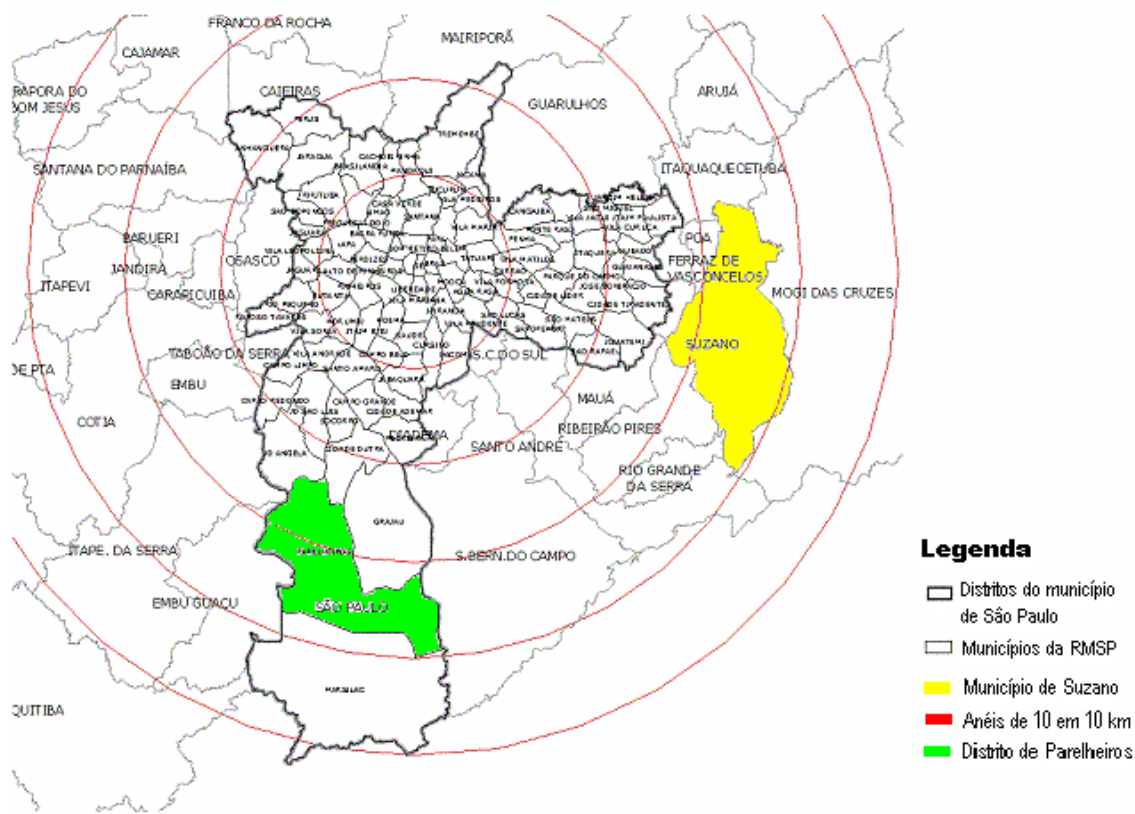
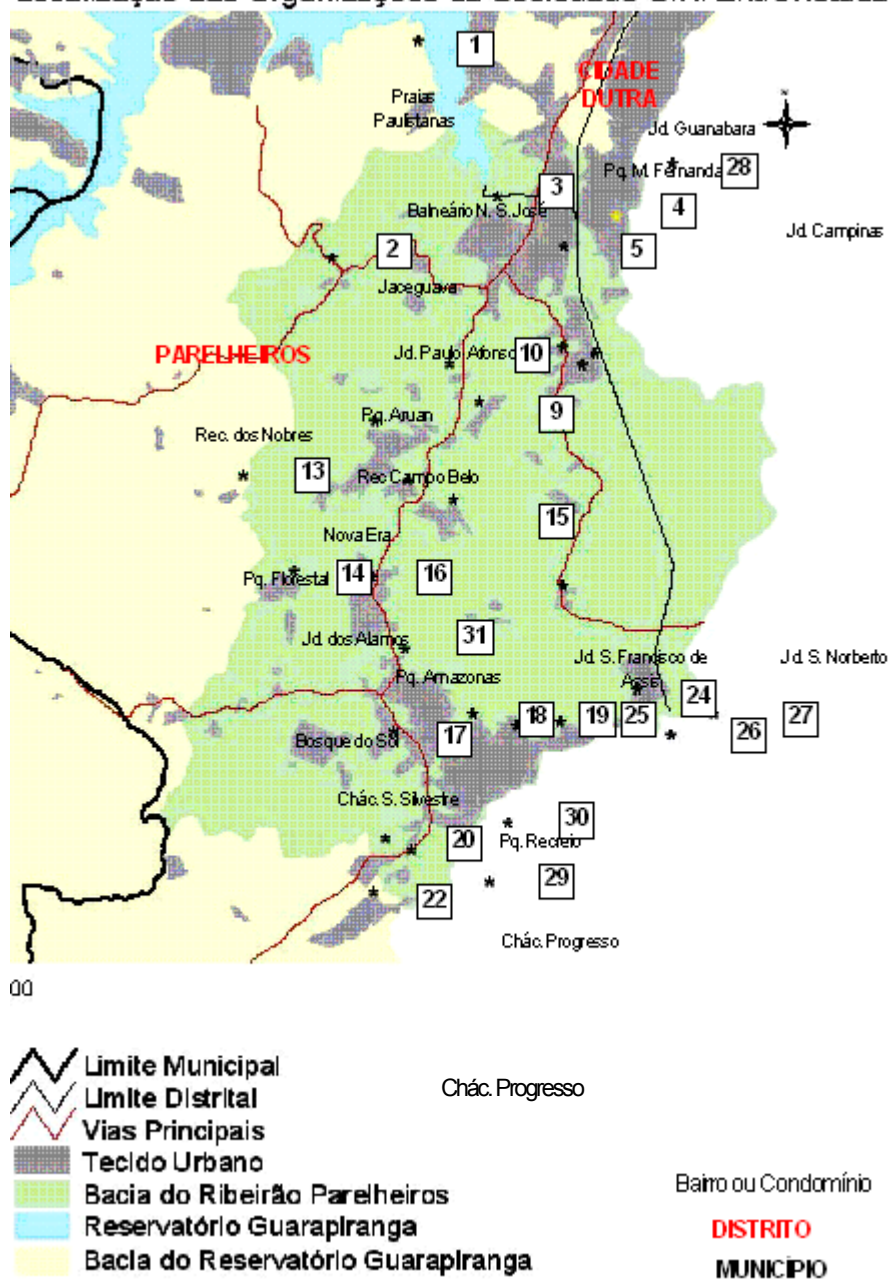


Figura 1 : mapa de localização (Município de Suzano e distrito de Parelheiros)

Figura 2 : Mapa e localização das organizações em Parelheiros

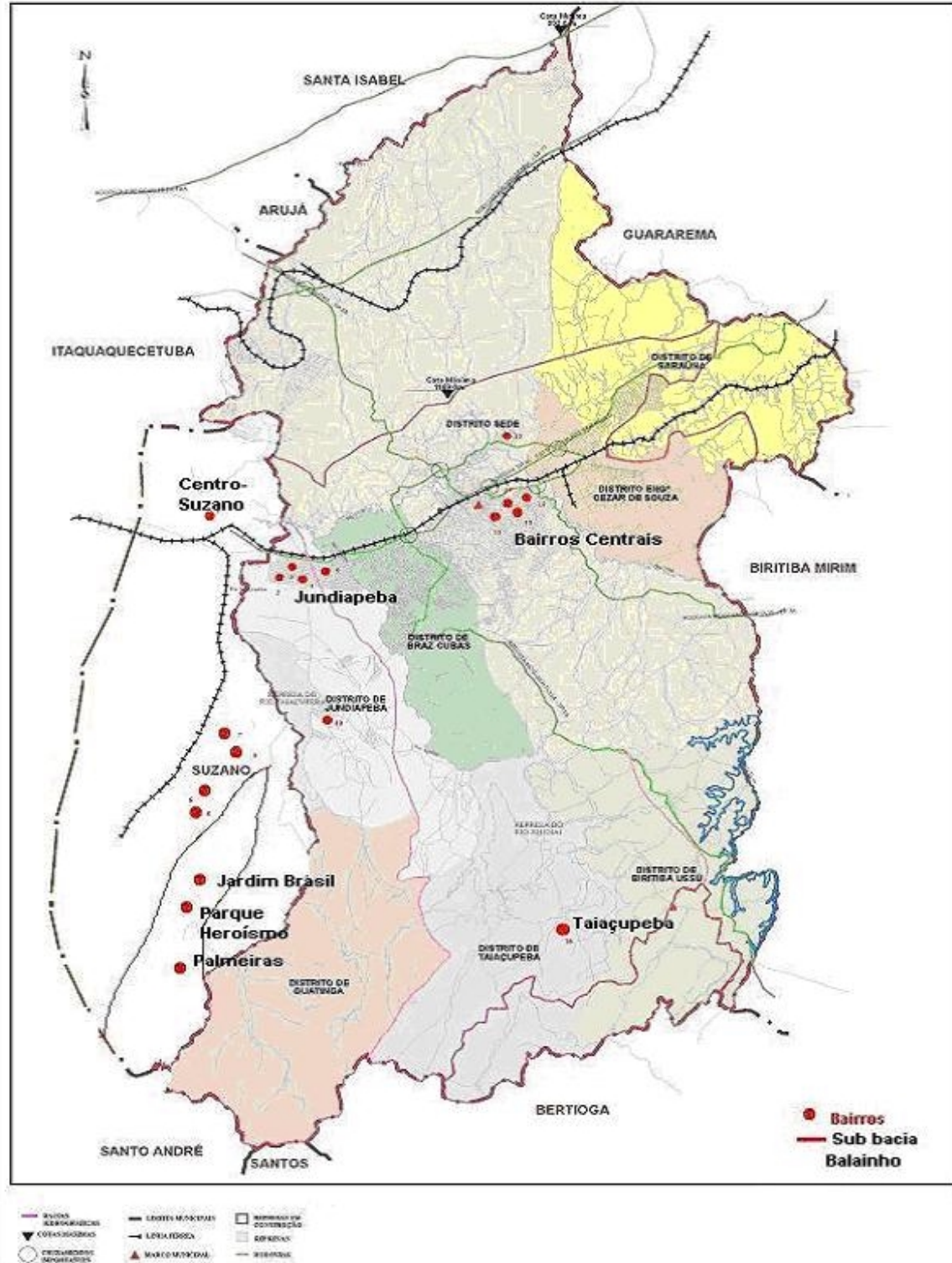
Localização das Organizações da Sociedade Civil Entrevistadas



Índice: Associações entrevistadas organizadas por tipos

Tipo de organização	N° de entrevistados	Associações representadas
Associações de Moradores, SABS	27	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27.
Organização de educação	2	30; 31;
Organização Ambiental	1	29
Nureabigua	1	28.
Total	31	

Figura 3 : Mapa e localização das organizações em Cabeceiras



Elaborado a partir da base fornecida pela Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

Referências bibliográficas

- Ab'saber, Aziz Nacib (1999). A sociedade urbano-industrial e o metabolismo urbano. *In Ciências da Terra e Meio Ambiente: Diálogos para (Inter)Ações no Planeta/* Campos, H. et Alii; Org. De Campos, H. & Chassot, Attico. - São Leopoldo: Ed. UNISONOS. 284p.
- Andrade, J.P.S E Artigiani, E.L. (2003). Diagnóstico Sócio Ambiental da Zona Rural da Sub-Bacia Hidrográfica Alto Tietê Cabeceiras. Iea-Apta/Fapesp, Julho 2003. (Relatório Técnico).
- Andrade, M. C. (1989). *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. Campinas, Sp: Papirus - (Série Educando).
- Arendt, Hannah (1958). *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo, Posfácio de Celso Lafer.- 10a. Ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- Benício, Taís D'Aquino. (1995). Água em São Paulo; Políticas Públicas. Página 104. *Dinâmica Urbana: Um estudo da Bacia do Guarapiranga*. São Paulo.- Faculdade De Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Bonduki, Nabil. (1999). *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade. 2a. Ed.
- _____ E Kowarick, Lúcio. (1988) .Espaço Urbano E Espaço Político: Do populismo à redemocratização. In: Kowarick, Lúcio (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo: Passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra.
- Corrêa, Dora Shellard e Alvim, Zuleika M. F. (1999). *A Água no olhar da História*. Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo.
- Correa, Roberto L. (1989) *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ática.
- Custódio, Vanderli. (1994). *A apropriação dos Recursos Hídricos e o abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Depto. de Geografia, Universidade de São Paulo.
- França, Elisabete (Coord). (2000). Guarapiranga: Recuperação Urbana e Ambiental no Município de São Paulo. M. Carrilho Arquitetos. São Paulo - 256p.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto (1989). *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. 8a. Ed.- São Paulo: Contexto, 2001. - (Temas Atuais).
- Gondolo, G. C. F. (1996). Bacia do Guarapiranga, Região Metropolitana de São Paulo. Desafios de um sistema complexo à gestão ambiental. Procarn. São Paulo, Usp -176 p.
- Ianni, Aurea Maria Zöllner (1999). *Meio Ambiente e Saúde na Periferia das Metrôpole*. Capela do Socorro, São Paulo. Procarn. Usp- São Paulo.
- Lencioni, Sandra (1999). *Região e Geografia*. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- Lefebvre, Henri.(1991). *O Direito à Cidade*. São Paulo: De Moraes Ltda.
- Martins, Maria Lucia Refinetti. (2003). *São Paulo: Além do Plano Diretor*. Em Estudos Avançados/Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol.17, No.47. São Paulo: IEA. Jan/Abr.2003
- _____ (2003a). Moradia Social e Meio Ambiente- Regularização de loteamentos em área de mananciais na RMSP. Páginas 139-154.Em SAMPAIO, M.R.A. E PEREIRA, P.C.X. *Profissionais da Cidade: Reunião de São Paulo*. São Paulo, FAUUSP,2003,.

Maricato, Ermínia. (2003). Plano de ação habitacional e urbano para três bairros em situação de risco pela violência urbana. Páginas 113-138. Em SAMPAIO, M.R.A. E PEREIRA, P.C.X. *Profissionais da Cidade: Reunião de São Paulo*. São Paulo, FAUUSP,2003.

_____. Terezinha Menon. Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis. Vozes, 2001.

_____. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo*. SP, Hucitec.

Martins, Sérgio Manuel Merêncio (1999). *Nos confins da Metrópole: O urbano às margens da Represa Guarapiranga em São Paulo*. Departamento de Geografia, FFLCH. Universidade de São Paulo - São Paulo.

Moisés, José Alvaro. (1977) A revolta suburbana ou “Patrão o trem atrasou”. In: _____. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro.

Neder, Ricardo Toledo.(2000) Avaliação da Capacidade Governativa de Comitê de Bacia Hidrográfica Metropolitana. São Paulo: Fapesp, Jul.2000.

Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Célia (org.)(1999). Os sentidos da democracia -políticas do dissenso e hegemonia *global*. NEDIS- Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIS

Park, Robert Ezra.(1979) A Cidade: Sugestões para investigações do comportamento humano no meio urbano. Trad. Sérgio M. Santeiro. In: *Otávio G. Velho (Org.): O Fenômeno Urbano*. 4ª Ed. Rio De Janeiro: Zahar.

Prette, Marcos Estevam Del. (2000) Apropriação de Recursos Hídricos e Conflitos Sociais: A Gestão das áreas de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, 2000. - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado)

Porto, M. (2003). Recursos hídricos e saneamento na Região Metropolitana de São Paulo: Um desafio a tamanho da cidade. Brasília, Df, Brasil, Banco Mundial: 84 P.

Rebouças, A.C.; Braga.B.; Tundisi, J.G. (1999). *Águas Doces no Brasil. Capital Ecológico, Uso e Conservação*. IEA. São Paulo, Universidade de São Paulo, Escrituras.

Rolnik, Raquel. (1997). A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP.

_____. (2001). *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense.

Santos, Boaventura de Souza (org.)(2002). *Democratizar a democracia- os caminhos da democracia participativa*. RJ: Civilização Brasileira.

Santos, Milton. (1985) *Espaço e Método*. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

_____. (1994)Tendências da Urbanização Brasileira no fim do século XX. In: *Os Caminhos da Reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp.

_____.(2002) *A Natureza do Espaço*.São Paulo: Editora Unesp.

Seabra, Odette Carvalho de Lima (1987). Os Meandros dos rios nos meandros do Poder. Tietê e Pinheiros - Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Departamento de Geografia, FFLCH. Universidade de São Paulo - São Paulo.

SMA (1997). *Gestão das Águas. 6 Anos de Percurso*. São Paulo.

Sposati, Aldaíza de Oliveira. (1988). *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez.

Telles, V.S. e Paoli, M. C. (2000). Direitos sociais- Conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. Em Alvarez, S.E, Dagnino e Escobar,A.(org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos:novas leituras*.BH:Ed.UFMG.

Toledo, Benedito Lima de. (1996) *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo, Empresa das Artes.

Tuan, Y-fu. (1980) *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL.